

Lutas camponesas e militância comunista no interior paulista

Airton Souza de Lima (Unesp-Marília)
airtonsocial@yahoo.com.br

Em setembro de 1949, no município de Tupã, uma reunião de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que tratava da realização de um Congresso de trabalhadores rurais da Alta Paulista, foi violentamente reprimida pela polícia. Morreram três comunistas e um policial no confronto. Apesar da grande repercussão nacional obtida naquele momento, o episódio foi relegado ao esquecimento na história da cidade. Diante desse quadro duas razões nos levaram a defender um Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais sobre o massacre: uma delas foi o silenciamento e/ou indiferença a respeito do ocorrido no que tange a memória de Tupã, outra foi o estigma que sobreviveu desde a I República de que “caso social” é “caso de polícia”.

Doravante, não objetivamos apenas constatar o episódio em um TCC, pois, isso por si só não enfrenta o esquecimento ao qual foi submetida a história dos comunistas da cidade. Antes, nos propomos a inverter a análise que fizemos do “estigma político”, utilizando em vez de um conceito negativo de poder, um conceito de poder que se expresse não em repressão de determinados comportamentos e sim na produção de verdades, corpos e práticas concretas.

No TCC, interpretamos o episódio como sendo fruto de um processo histórico, desenrolado no Brasil, que relegou as populações rurais a marginalização política e econômica. A repressão aos movimentos sociais expressaria a forma e a natureza desse processo, de onde se lê que “caso social” é “caso de polícia”. Desse ângulo, para além do contexto internacional marcado pela Guerra Fria, o massacre de comunistas em Tupã se devia a um “jogo de reciprocidade” estabelecido entre o poder local, representado pela figura do “coronel” (oligarca), o governo estadual e o governo federal. Sendo as principais moedas desse câmbio as eleições (onde o oligarca local entrava com a arregimentação de votos) e a polícia, que estava submetida ao governo do estado. A legitimidade do massacre estaria garantida pela imprensa local e pela Igreja, grandes propagadores do anticomunismo na cidade.

Trata-se a partir de agora de inverter essa análise, desconstruindo esse processo “de cima para baixo” e tecendo os fios da rede de relações de sentido e poder. Rede que coloca como sujeitos históricos o pobre livre do campo e o militante intermediário do PCB. As contradições do processo histórico brasileiro, que está cindido pela presença do velho no novo e vice-versa, deverão ser buscadas no cotidiano da população rural e na relação que se estabelece entre essa população e o PCB, representado pelos seus militantes de base. Tais militantes, por sua vez, vivem a disparidade entre as orientações da cúpula do Partido e as demandas imediatas dos trabalhadores rurais, tendo que no cotidiano da luta traçar inúmeras estratégias para o fortalecimento dos movimentos sociais no campo. A própria liderança do Partido está fragmentada em inúmeras leituras de Brasil, teses e resoluções, procurando não ficar a mercê do turbilhão das transformações econômicas, sociais e políticas que marcaram o período de abertura democrática entre 1946 e 1964.

Acompanhar o protagonismo desses sujeitos marginalizados da memória de uma cidade e da história de um partido, para além de uma inversão metodológica, através da qual a história é vista de “baixo para cima”, é uma pequena intervenção e inversão desse processo histórico de exclusão pelo esquecimento.

Lutas camponesas e militância comunista no interior paulista

Airton Souza de Lima*

GT6: Estado e movimentos rurais

Resumo

A partir da análise de um estudo de caso busca-se visualizar como acontecia a militância comunista no interior de São Paulo junto aos trabalhadores rurais. Da discussão entre diversas tendências e recortes que tratam das populações rurais evidenciou-se a importância do estudo do cotidiano dos movimentos políticos no campo. A unidade contraditória de moderno e tradicional, conformismo e resistência se torna clara quando os agentes históricos são o pobre livre do campo e o militante intermediário do Partido Comunista.

Em setembro de 1949, no município de Tupã, uma reunião de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que tratava da realização de um Congresso de Trabalhadores Rurais da Alta Paulista, foi violentamente reprimida pela polícia. Morreram três comunistas e um policial no confronto. Apesar da repercussão nacional obtida naquele momento, o episódio foi relegado ao esquecimento na história da cidade.

Em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que realizamos na graduação em Ciências Sociais, interpretamos o episódio como sendo fruto de um processo histórico brasileiro o qual relegou as populações rurais a marginalização política e econômica. A repressão aos movimentos sociais expressaria a natureza desse processo, no qual “caso social” é “caso de polícia”. Desse ângulo, o massacre de comunistas em Tupã se devia a um “jogo de reciprocidade” estabelecido entre o poder local, na figura do “coronel” (oligarca), o governo estadual e o governo federal. Sendo as principais moedas desse câmbio as eleições (onde o oligarca local entrava com a arregimentação de votos) e a polícia, que estava submetida ao governo do estado. A legitimidade do massacre estaria garantida pela imprensa local e pela Igreja, grandes propagadores do anticomunismo na cidade.

Trata-se a partir de agora de inverter essa análise, desconstruindo esse processo de “cima para baixo” e tecendo os fios da rede de relações de sentido e poder. Rede que coloca como sujeitos históricos o pobre livre do campo e o militante intermediário do PCB. As contradições do processo histórico brasileiro que está

* Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Unesp, Campus de Marília, mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

marcado pela presença do velho no novo devem ser buscadas no cotidiano da população rural e na relação que se estabelece entre essa população e o PCB, representado pelos seus militantes de base. Tais militantes, por sua vez, vivem a disparidade entre as orientações da cúpula do Partido e as demandas imediatas dos trabalhadores rurais, tendo que no cotidiano da luta traçar estratégias para o fortalecimento dos movimentos sociais no campo. A própria liderança do Partido está fragmentada em inúmeras leituras de Brasil, teses e resoluções, procurando não ficar a mercê do turbilhão das transformações econômicas, sociais e políticas que marcaram o período de abertura democrática entre 1946 e 1964.

Havia quatorze anos que morávamos no município de Tupã, interior de São Paulo, quando pela primeira vez em uma aula de Teoria Política na Unesp de Marília soubemos que em setembro de 1949 ocorrera uma “chacina de comunistas” num sítio próximo a cidade. Apesar de efetivarmos toda nossa escolaridade naquele município, jamais ouvimos falar sobre tal fato na história da cidade, a não ser o fato de que seu fundador teria sido Luís de Souza Leão e que na região existiram muitos índios. A autobiografia do “fundador da cidade” simplesmente omite o acontecimento do massacre, bem como a atividade dos comunistas na vida política local, que não era insignificante. Essa omissão já é indicativa de uma vontade política que visa fazer esquecer algo que prejudicaria a imagem da vida política “saudável” do município (para lembrar o “sanitarismo” presente no anticomunismo propalado pelo jornal da cidade nas décadas de 1940 e 50). No discurso do “coronel” local os comunistas seriam, talvez, uma mancha que não deveria aparecer em sua memória, além de ser apagada da memória local. O episódio da chacina foi tratado por cinco historiadores locais nas últimas páginas do livro *Tupã, depoimentos de uma cidade*, mas o que nos chamou a atenção foi o título do capítulo que abarca a chacina: “Cidadão Protegido”, que se refere às instituições de segurança pública local. Isso nos revela qual o lugar do discurso deve ocupar a história dos movimentos políticos comunistas na memória da cidade. Apesar da tentativa de reaver o silenciamento, sobreviveu o estigma que é desde a I República segundo o qual “caso social” é “caso de polícia”.

No T.C.C. enfrentamos o estigma político por meio de uma análise que utiliza a idéia de poder associada a formação do Estado moderno e da economia capitalista em

suas formas de dominação, e portanto, atribui aos efeitos do poder um aspecto puramente negativo. Por essa fórmula partimos da exclusão política das populações do campo, trabalhando com a idéia de “Pacto Agrário” entre as elites brasileiras, de acordo com a noção de Aspásia de Alcântara Camargo, o qual realizaria uma simbiose entre uma classe vinculada aos interesses agrários, às funções de Estado e a manutenção do monopólio da terra, simultaneamente com um rígido enquadramento político das populações rurais que não conseguiram afirmar-se enquanto classe, ou seja, como campesinato autônomo e estável. (Camargo, 1996:124) Enquadramento que se deu através, principalmente, da repressão aos movimentos e organizações de trabalhadores e pequenos proprietários rurais. Pelo recorte da repressão analisamos a atuação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) na perseguição aos comunistas que atuavam no meio rural do interior paulista, no contexto da Guerra Fria, da redemocratização e do governo do General Dutra. A mediação que se estabelece entre “fatores modernos” (como o Estado, a institucionalização da polícia, as eleições, etc.) e a herança do patriarcalismo e da economia agrária exportadora, expresso nas oligarquias regionais, seria a da lógica da reciprocidade, na qual o “coronel” no lugar do “tema reverencial” do patriarcalismo reivindica o acatamento do prestígio. O trunfo dos governos estaduais passa a ser a força policial, a milícia dos coronéis precisariam de seu aval. Decorre disso, resquícios do “coronelismo” que se manifestariam como um compromisso, uma troca de proveitos entre o chefe político local e o governo estadual, com o atendimento por parte daquele dos interesses e reivindicações do eleitorado rural. (Faoro, 1975:631-636; Leal, 1997:43-4) As implicações dessa relação de reciprocidade para o Partido Comunista Brasileiro foram estudadas por Pedro Estevan da Rocha Pomar, que demonstra como Adhemar de Barros, governador de São Paulo no período de 1945 até 50, conseguiu se articular politicamente entre seu eleitorado, os coronéis, os comunistas e o governo Federal. Adhemar em prol de sua sobrevivência política fez algumas concessões ao PCB, ao mesmo tempo em que, desde 1946, reprimia suas organizações no meio rural, culminando em 1949, com episódios sangrentos em Santo Anastácio e o de repercussão nacional: o massacre de comunistas em Tupã.(Pomar, 2002)

A partir desse quadro estavam dadas as condições de possibilidade da militância comunista no meio rural do interior de São Paulo. Sendo que, de acordo com a dissertação de Rosimár Querino, a repressão representava maior sobrecarga aos militantes se comparada com as próprias demandas do Partido (Querino, 2000). Desse modo, a chacina estaria explicada por um processo histórico de exclusão política e econômica das camadas populares no campo e pelo reflexo “superestrutural” dessa exclusão no discurso anticomunista do *Jornal de Tupã* (ligado aos interesses do comitê local do Partido Social Democrático e seu presidente, o “coronel” Luís de Souza Leão), na linguagem dos oficiais do DOPS e da Igreja, e no trato dos “casos sociais” como “casos de polícia”. Processo mediado pela “lógica da reciprocidade” entre esferas do poder local, institucional nos níveis municipal, estadual e federal, e que desnudaria reminiscências do patriarcalismo das velhas oligarquias cafeeiras e do engenho de açúcar (já que Souza Leão veio de Pernambuco onde sua família possuía um engenho no município de Morenos) no período de democracia iniciado em 1946. A violência da ação policial, implicada no massacre de comunistas em Tupã, estaria justificada pela sobrevivência do velho no novo, pelo modo como o público se confunde com o privado, através de um fio de “troca de favores” com o qual se busca tecer o arcaico de nossa sociedade com a racionalidade da economia capitalista moderna e seu Estado político correspondente, ambos em processo de formação na sociedade brasileira.

Torna-se necessário, portanto, inverter tal análise, pois ela relegou o essencial ao segundo plano, ou seja, deixou de lado a população rural e os militantes do PCB. Ao atentarmos para a descrição que fizemos sobre o cotidiano da militância comunista no campo a partir dos relatórios do DOPS, da coletânea de artigos de jornais de esquerda feita por Barriguelli (1981), da hermenêutica utilizada por Carneiro para tratar da “imprensa irreverente e subversiva”, bem como da análise estrutural e semiótica feita sobre os comunistas e a imprensa em geral realizada por Marianni (1998), sentimos a importância de retomar o objeto através de uma outra concepção de poder. Sem negar a idéia de poder em seu aspecto de dominação e repressão, é profícuo articular tal aspecto à noção foucaultiana de poder produtivo, segundo a qual, o poder mais do que atuar sobre as “consciências” cria corpos sobre e através

dos quais atua, onde um domina ou influência a ação do outro, existindo a possibilidade de resistência. (Foucault, 1981; 1996)

Partindo dessa concepção de ação e resistência podemos recolocar a questão das lutas no campo, e, portanto, das populações rurais e dos militantes da base do PCB, fazendo o poder “circular” de “baixo para cima”, das demandas populares aos centros de poder institucionalizados, do chão da militância à cúpula de intelectuais e lideranças políticas do PCB. Para tal empenho contribui a obra “Parceiros do Rio Bonito” de Antônio Cândido, uma vez que tem como centro o personagem pobre livre da história da formação da sociedade paulista: o caipira. E contribui porque permite-nos constatar as demandas, as vontades e as práticas do ambiente sócio-cultural da população do campo relacionada com as outras esferas e classes sociais.

O autor coloca a sociedade caipira diante do desafio da modernização e, portanto, da reprodução de seu modo de vida econômico e cultural, naquilo que tem de mudança ou de resistência. Boa parte da população rural do interior de São Paulo daquele período (1945-1964) estava oscilando entre a condição de posseiro, de parceiro, de pequeno proprietário e de assalariado rural (outros migravam para cidades e se tornavam assalariados urbanos). Segundo dados do *Jornal Diário de São Paulo* daquela época, Tupã possuía 2600 propriedades agrícolas, das quais 1.067 eram pequenas propriedades, dentro de uma população rural de aproximadamente 34 mil habitantes (60% do total). Ou seja, essa ampla camada da população contempla as condições de vida e a cultura caipira que Cândido analisou no município de Bofete entre 1940 e 1950, pois ela vivia a oscilação sobre a qual nos referimos acima, não tendo direito a toda vastidão do solo, essencial para a vida nômade do caipira, e menos ainda à propriedade da terra. (Cândido, 1964) Inspirada em Antônio Cândido, Maria Isaura Pereira de Queiróz desenvolveu sua obra *Bairros rurais paulistas* retomando a idéia do “mínimo social” e “mínimo vital” característicos da vida caipira, sendo o primeiro indicativo dos laços de sociabilidade de relativa autonomia e traços igualitários, e o segundo referido ao modo e ritmo de trabalho necessário para a subsistência. Em Cândido mais do que uma unidade no espaço geográfico, a sociabilidade caipira está inserida no movimento histórico de modernização que afeta a reprodução do “mínimo vital e social”, sendo ele

assimilado e/ou resistido pelo pobre livre rural. Nesse mesmo sentido, só que agora tendo como foco a cultura popular brasileira, Marilena Chauí, em sua obra *Conformismo e Resistência*, mobiliza uma série de contraposições e ambivalência nos conceitos de população e massa; na contraposição da percepção romântica da cultura popular, onde o popular é “bom em si”, e a percepção progressista de que a cultura popular implica atraso; na relação Estado e cultura popular; religião oficial e religião popular; público e privado, relação de compadrio e clientelismo, etc. Sua conclusão é a de que não há como dicotomizar a cultura popular, a ambigüidade é sua característica, ela se compõe de ignorância e saber, atraso e emancipação, é conformista enquanto resiste, resistente enquanto se conforma (Chauí, 1989:179)

Embora a bibliografia divida questões sociais, culturais de um lado e questões políticas de outro, no que concerne a suas ênfases, isso se deve mais a forma como o conhecimento é produzido do que por nosso critério de análise. Apenas, no entanto, situaremos o PCB na realidade sócio cultural do pobre livre do campo que tentamos estabelecer a partir dos autores e fontes de que tratamos. A nossa leitura conduzida pelos intérpretes do meio rural com os quais até agora trabalhamos, permite-nos caracterizar o PCB enquanto promovedor da modernização na vida política da população rural. Pontuamos que a distinção entre o moderno e o tradicional decorre em grande medida do processo de racionalização das relações sociais na sociedade capitalista e da perspectiva moderna que não vê objetividade em relações onde ainda predominam a subjetividade. Nesse sentido, a noção de “moderno” lemos como uma nova forma de organização social frente às formas tradicionais, tratando do movimento histórico em termos de transformação, ação e resistência.

Em Luís Flávio Costa encontramos os fermentos de modernização a partir do sindicalismo rural. Modernização que se dá através de um Partido Político (PCB) que assume metas e objetivos que visavam inserir trabalhadores rurais (sejam assalariados, não-assalariados, pequenos proprietários, etc.) no jogo político “aberto”, através de tentativas de organizá-los legalmente ou não, superando, dessa forma, caracteres “pré-políticos”, exemplificados historicamente pelo messianismo e pelo banditismo; bem como pela via institucional, seja o Estado, ora agente “imobilizador”, ora agente “mobilizador” (1996:87); ou pelas leis relativas aos direitos

do trabalhador do campo, pela organização legalmente reconhecida de associações e sindicatos rurais, assim como o reconhecimento e/ou criação de entidades como a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas). (Costa, 1996)

Intérpretes das questões relacionadas ao campo, como veremos, apontam para as dificuldades do PCB ao tentar atrelar suas bandeiras de luta mais gerais às demandas imediatas dos trabalhadores e pequenos proprietários rurais. A maioria das vezes tal constatação está diluída em uma pesquisa que prima pela organização dos trabalhadores rurais, ou em outra que tenta estabelecer a contradição e os erros de interpretação da realidade brasileira do discurso do PCB em sua relação com a realidade rural, e, ainda, em outra que enfatiza os “camponeses” enquanto agentes sociais, atores políticos e suas formas de luta. Por isso, consideramos válida uma tentativa de focar as redes que envolvem a relação entre o pobre livre do meio rural e o militante comunista, partindo do cotidiano, e daquilo que é produzido enquanto prática concreta resultante dessa interação. A militância deve se adequar a/e adequar para transformar a realidade dos trabalhadores rurais. Desse modo colocamos no centro da atuação política aquele que é marginalizado na historiografia pecebista e que só em esforço recente vem sendo reconhecido em memorialísticas como a de Aparecida Azedo, que sobreviveu a chacina de Tupã (Alves Filho, 2003); a de Irineu Luís Moraes, militante oriundo do meio rural atuou no interior de São Paulo (Welch; Geraldo, 1992) e a de Lyndolpho Silva, que se tornou presidente da União de Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), fundada em 1954 (Cunha, 2004). Algumas teses e dissertações privilegiam a descrição e estudo de militantes intermediários como é o caso de Rosimár Querino que analisou trajetórias como a de Sérgio Francisco Bargüil, na região de Marília, e ainda o doutoramento de Pomar que pesquisou a história dos “vereadores de Prestes” no interior de São Paulo.

A perspectiva assumida por Leonilde S. de Medeiros favorece nossas pretensões na medida em que parte do pressuposto de que a origem das lutas deve ser buscada no interior do processo de contradições vividas pelos trabalhadores rurais, devido ao rompimento de determinadas normas costumeiras, de uma ameaça às condições de reprodução de um grupo de trabalhadores. Os partidos, especialmente o PCB, a

Igreja e os sindicatos não aparecem como “causadores” dos movimentos rurais e sim como tendo um papel de projeção, no sentido de levar essas lutas para fora delas mesmas. (Medeiros, 1989:13) A autora enfatiza a idéia de “lutas” e “conflitos”, a partir da qual ela constata as várias formas, os sujeitos e os conteúdos que as compõe; formas de organização, migração e conflito individual, definição do que seja luta de arrendatários, parceiros, meeiros e posseiros, etc. Sua análise se faz em termos de ação (ação no campo, lutas, organização, eficácia política, ação dos governos, etc) e reação (seja da parte de trabalhadores em relação às ameaças ao seu modo de vida, ou da parte dos grandes proprietários de terra, que se articula com o governo quando este está contra os movimentos rurais, ou contra o governo quando este começa a dialogar com os setores populares do campo). Medeiros estuda as relações de forças, em especial a disputa pela representação dos trabalhadores rurais entre Igreja, PCB, Ligas Camponesas de Francisco Julião e o Estado. Já nessa obra verificamos um resultado da simbiose entre as populações rurais e o PCB, seja ele o termo “camponês” (divulgado pela concepção leninista do PCB de que a classe operária teria como aliado natural à classe camponesa). A origem da expressão “massas camponesas” como categoria política, repousa na iniciativa do PCB (desde 1943) de ser um partido de massas. Em fins dos anos 50 e início dos 60 a luta pela reforma agrária, a convergência de diferentes lutas daria significado social e sentido político à categoria camponês. (Medeiros, 1989:14,27)

Faleiros, por sua vez, contrapõe as concepções e doutrinas do PCB sobre a relação da classe operária e os “camponeses”, as interpretações da realidade brasileira do “Partidão” e a prática da militância, de onde resultava uma dupla orientação do Partido: uma que implicava na “ação revolucionária” e, outra, na atuação dentro dos limites legais, fruto do entrechoque, na militância comunista, das palavras de ordem com as demandas imediatas. (Faleiros, 1989: 147-157) A constante autocrítica à subestimação do trabalho do Partido no campo indicaria a disjunção das linhas políticas adotadas. O Partido teria feito uma adequação mecânica das teses da III Internacional Comunista, não realizando a prerrogativa da elaboração da teoria revolucionária, adotando uma teoria pronta. Com isso, a tese “antifeudal e antiimperialista” lançou o PCB nas diferentes estratégias de luta no campo e não tolheu sua presença no campo. Seus limites seriam de outra ordem, quais sejam: o

de não conferir à luta econômica um caráter político, mantendo as demandas econômicas solucionáveis no interior do capitalismo e o não engendramento de novas formas de luta e compreensão da realidade concreta capaz de superá-la. (Faleiros, 1989: 236-238)

Tal crítica nos remete a um período fértil de debates sobre o tema da questão agrária no interior do PCB e, ainda, sobre qual a orientação que se daria à atividade do Partido no campo. Nos termos de Raimundo Santos, o PCB desenvolveu, em relação à questão agrária e à organização dos trabalhadores do campo, um “realismo sem interpretação de Brasil” pautado mais em intuições e no “faro político” do que em uma dissertação articulada (Santos, 2002: 17-20).

Para uma análise que vislumbra o modo de construção de discursos e “verdades”, este imbróglio de interpretações sobre o Brasil radicalizado, em grande medida, pela crise de 1956 com as denúncias de “culto ao Stálin”, é rico de dados. Mas tal análise só se completa, se relacionar este imbróglio com a forma através da qual os militantes que iam para o campo interpretavam as orientações e como eram assimiladas ou resistidas pelo pobre livre do meio rural. Nesse turbilhão de teses temos a obra *Quatro séculos de latifúndio*, de Alberto Passos Guimarães, que aponta para o latifúndio como fator de atraso e estagnação, cuja expressão seria o monopólio da propriedade da terra. Em Nelson Werneck Sodré os “restos feudais” deveriam ser removidos por uma revolução democrático burguesa. Já com Caio Prado, tem-se uma outra leitura da realidade brasileira, ele critica o “apriorismo conceitual” do PCB, que não se apercebia de que nossa economia agrária esteve sempre voltada para o mercado e que, portanto, era descabida a estratégia do antifeudalismo, além do que a economia camponesa de pequena produção era de pouca expressão nacional em vista da “esmagadora” maioria de trabalhadores rurais assalariados. (Prado Jr., 1966) De qualquer forma, no plano teórico, o PCB só formará uma chave explicativa da formação social brasileira, segundo Santos, a partir dos anos 70 e 80, com a influência de autores como Lênin, em *O programa agrário da social democracia Russa* (1907); Lukács, Barrington Moore e Gramsci, a partir dos quais os “eurocomunistas brasileiros” desenvolveram uma análise de Brasil através das noções de “via-prussiana”, “modernização conservadora” e “revolução passiva” (Santos, 1996:16-29).

Se de um lado exageravam-se os aspectos de atraso (restos feudais) obliterando a percepção dos impactos do impulso industrial no governo de JK, de outro era também exagero interpretar a economia colonial agrário-exportadora como indicador da preponderância do mercado na nossa formação sócio-econômica, obscurecendo o fato de que o “capitalismo mercantil”, característico do período colonial, era politicamente orientado e, por isso mesmo, “pré-moderno” (Hirano, 1988:26).

José de Souza Martins considera que na prática algumas bandeiras gerais do Partido poderiam representar mais um obstáculo ao alcance das manifestações dos trabalhadores rurais. A bandeira da reforma agrária, por exemplo, implicava na mediação institucional via sindicato, Igreja, partidos e Estado, tornando a luta popular uma luta política, portanto, limitando-a. (1986:68) Ianni, nesse mesmo sentido, dirá que o “movimento camponês” não se configura somente pela sua conotação política, ou pré-política, ele tende a ser a expressão de condições combinadas – sociais, econômicas, políticas e culturais – sob as quais vivem os diversos seguimentos populares do meio rural.(1985:39)

Para uma análise da “microfísica” do poder, da construção de idéias e valores, devemos considerar o aprendizado do PCB no campo desde 1945, sua condição de “ilegalidade”, o contexto da Guerra-Fria, etc., e as estratégias de ação e reação que se desenvolveram na militância a partir de tais condições. Nesse aspecto, Costa chama atenção para a ambigüidade entre a teoria e a prática, entre duas estratégias: a da derrubada do governo para uma revolução aberta e outra, a da acumulação de forças, isso no mesmo momento em que, contraditoriamente, o PCB apóia JK (1958). Na única vez que o autor abordou o “corpo a corpo da militância”, ele relata um caso paradigmático. O caso trata de Nazareno Ciavatta, que militou no campo pelo PCB, o qual mostrou que os trabalhadores rurais queriam as leis trabalhistas, e que este seria o compromisso dos sindicatos, mas “o Partido não quis entender isso e enviou material de propaganda que anunciava a derrubada do governo”. Tal situação gerava intimidação aos “camponeses” que não “abriam a boca” porque “esse aí queria derrubar o governo”. O militante argumentava a exploração, a violência policial, a necessidade de revolução, quando um “camponês” contra argumentou: “se nós não temos nem força para obrigar os fazendeiros a

pagar os nossos salários e cumprir as leis trabalhistas, que dirá tomar a fazenda dele!” Daí, diz Ciavatta, percebi que o Partido estava errado.

Para o autor, o radicalismo “esquerdista” e sectarista, sempre levou ao isolamento e à perda de a influência na sociedade. Já a linha da acumulação de forças e o envolvimento com os sindicatos existentes produziram efeitos visíveis no movimento social.(Costa, 1996: 57-60) A atuação do PCB esteve marcada, portanto, pelo caráter pedagógico de sua trajetória no campo ao longo dos anos 40 e 50. A “intuição” ou “faro político” do PCB, do qual fala Santos, vem da realidade da própria militância, onde os militantes se deparavam com as demandas reais dos trabalhadores rurais. A discussão de se a bandeira da reforma agrária limita ou não os movimentos rurais, deve ser confrontada com o fato de que é característico da “cultura popular” o conformismo e a resistência. Daí, ao mesmo tempo em que os trabalhadores rurais reivindicam e protestam, protestam e reivindicam o cumprimento de “leis já estabelecidas”, considerando absurda a idéia de ser “contra o governo”.

Sobre a polêmica entre o radicalismo das Ligas Camponesas sob a liderança de Francisco Julião, da imediatividade da revolução socialista, e a noção de que a reforma agrária seria uma etapa necessária para uma revolução democrático-burguesa e antiimperialista, Medeiros demonstra claramente que estas divergências pareciam restritas às direções dos movimentos, não chegando até as bases ou ao cotidiano da luta. Apesar da retórica radical, a prática cotidiana dos líderes das Ligas passava pela defesa dos trabalhadores aproveitando-se de todos os canais existentes. Os móveis concretos da organização eram as demandas imediatas contra despejos, aumento do foro, etc. A luta jurídica era acompanhada por grandes mobilizações que transformavam as Ligas em notícia e as projetavam como símbolo e síntese de um confronto. O PCB, por sua vez, embora pregasse a luta por canais legais e pela via parlamentar, não pode excluir no cotidiano dos conflitos formas de ação que iam desde as marchas, passeatas e acampamentos nas cidades, para pressionar as instâncias do poder e mobilizar o apoio da opinião pública, até formas violentas de resistência, inclusive a luta armada (como em Formoso e Trombas – GO), que não se ajustavam às teses e diretrizes mais gerais do PCB, em particular após 1958. (Medeiros, 1989:55,6)

Costa também analisa este “choque de realidade” sofrido pelas teses que prevaleceram a partir de 1958. Ele contrapõe a interpretação de Fernando A. Azevêdo (1982: 87), segundo a qual o PCB passa a dar prioridade a organização de uniões, associações rurais sob seu controle, a mobilização de assalariados agrícolas através da organização de sindicatos, lutas parciais, por salários, direitos, por acumulação de forças. Destaca, ainda, a crítica de Caio Prado Jr. sobre a concepção teórica do PCB de revolução democrático burguesa e antifeudal. A reivindicação da posse da terra e da libertação dos “camponeses” do jugo feudal obliteraria a reivindicação da massa trabalhadora rural por melhores condições de vida e trabalho. Quando os redatores da Resolução Política de 1960 do PCB trataram de assalariados e semi-assalariados agrícolas, estariam num “cochilo” tardio, pois em seguida volta a se enfatizar questões de arrendamento, posse da terra, despejos, etc.

Costa demonstra que o PCB priorizava os não-assalariados e que de fato existiu a preocupação com o “proletariado rural”, mas ela não passou do papel. No Congresso de 61 prevaleceu a posição de Julião, ou seja, na prática a prioridade era voltada aos posseiros e arrendatários. Isso, segundo Costa, estaria relacionado ao “curso natural das lutas no campo”, que determinaria a militância comunista no confronto com a realidade. A previsão teórica de que com o avanço do capitalismo no campo e a conseqüente proletarização (e o próprio Estatuto do Trabalhador Rural), trariam à tona as contradições do sistema e aguçaria a consciência dos trabalhadores do campo, e que isso liberaria os homens e mulheres do campo das práticas clientelísticas, não se concretizou. Por outro lado, o processo de expulsão dos posseiros e a alteração das condições de reprodução de diversos segmentos de trabalhadores rurais acentuaram justamente os conflitos que ocorreram com os não-assalariados. A lógica, segundo a qual, fora da influência e do mando do proprietário os trabalhadores rurais (proletarizando-se) estariam mais acessíveis para a influência da militância, se contradiz na prática. (1989: 76-80)

A chave de tais contradições está no cotidiano das lutas vivido pelos militantes intermediários do PCB e pelos próprios trabalhadores rurais e pequenos proprietários, na rede de relações de poder e sentido nas quais estão inseridos. Antônio Cândido relata um caso no qual um enfermo do bairro rústico, passou pelos

cuidados de um farmacêutico, de um curandeiro e de um médico, e voltou a um outro curandeiro, sendo a cura relacionada a esse último. Se o farmacêutico manipula melhor as ervas tornando-as “gotinhas altamente concentradas”, o curandeiro manipula melhor as “forças espirituais”. A ciência do médico e do farmacêutico se encontra no mesmo nível da magia do curandeiro, bem como a ajuda dos vizinhos está no mesmo patamar do auxílio dos Santos contra os desastres naturais. Nesse imaginário não há distinção clara entre objetividade e subjetividade, o moderno e o tradicional se complementam, sendo instrumentalizados pela vontade e critérios do “homem” do campo. Do mesmo modo, o PCB deve ser entendido como mais um instrumento a disposição do pobre livre rural na luta pela manutenção de sua relativa autonomia diante da ameaça eminente de ser despejado, de pagar um arrendo maior, de não receber salário, etc. O pobre rural tanto pode procurar um Partido ou sindicato, quanto pode buscar o auxílio do “divino”, seja por meio da fé católica, da magia, ou da rígida moral protestante; bem como, a ajuda dos familiares em outras regiões, ou, ainda, se render a força impetuosa do capitalismo, se tornando um assalariado urbano. Na realidade ele combina vários desses fatores. O discurso do militante comunista deve ser contraposto a muitos outros que, ao mesmo tempo em que constroem, são construídos pela “cultura popular” que é marcada pela ambivalência do “conformismo e resistência”. Paralelamente aos efeitos do poder vindos de inúmeros fios da realidade social que sofre o pobre livre do campo, ele também reage e cria mecanismos de manutenção e adaptação de traços de sua vida. Tanto o pobre livre do campo quanto o militante intermediário do PCB, devem ser tomados como seres de vontade, que possuem estratégias de ação prática.

A necessidade de inverter a análise que desenvolvemos no TCC (poder que se desloca “de cima para baixo”, de modo repressivo), deverá confirmar a tese defendida por Medeiros, de que o móvel das lutas são as demandas imediatas do campo, e, portanto, é a população rural e todas as suas contradições (poder que se desloca “de baixo para cima”). Ao mesmo tempo em que essa população sofre a ação de outros setores, também age sobre eles e de modo inédito, como em 1962 no Rio Grande do Sul quando, pela primeira vez, iniciou-se a ocupação de latifúndios improdutivos. Não se tratava de mera resistência, e sim de trabalhadores

demandando terras não cultivadas na forma de pressão direta sobre o governo. O pobre livre do campo agiu sobre setores progressistas da sociedade, os quais lhe proporcionaram projeção nacional, e tal configuração e determinadas conjunturas fizeram os governos medirem soluções em prol dos trabalhadores rurais. E nesse processo conseguiu-se até mesmo a aprovação pelo Congresso Nacional do Estatuto do Trabalhador Rural.

BIBLIOGRAFIA:

ALVES FILHO, Ivan. (2003) *A pintura como Conto de Fadas*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/ FAP, co-edição editorial Abari.

BARRIGUELLI, José Cláudio. (1981) *Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956)*. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea, UFSCAR, Vol. II.

CAMARGO, Aspásia de A.(1996) A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964). In: Castro Gomes, A. et al. *O Brasil Republicano: Sociedade e política (1930-1964)*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CANDIDO, Antônio.(1964) *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio.

CARNEIRO, Maria L. T.(2003) *Imprensa Irreverente, Tipos Subversivos*. In: *A Imprensa Confiscada pelo Deops: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê editorial; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo do Estado.

CARONE, Edgard. (1982) *O PCB 1943-1964*. São Paulo: Difel, v. 2.

CHAUÍ, Marilena.(1989)*Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense.

COSTA, Luís Flávio C. (1996) *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRJ.

CUNHA, Paulo R.(1996) O PCB e a Questão Agrária – 1950-64. In: *Aconteceu Longe Demais : A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período 1950-1964*. Tese (mestrado em sociologia). PUC – São Paulo. São Paulo.

FALEIROS, Maria Isabel L.(1989) *Percursos e Percalços do PCB no Campo (1922-1964)*. São Paulo, 1989. 243p. Tese (doutoramento em sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FAORO, Raimundo.(1975) *Os donos do poder, formação do patronato político brasileiro*. 2ª ed revista e aumentada. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Editora da USP, 2v.

FOUCAULT, Michel.(1981) Verdade e poder. In: *Microfísica do poder*. Glória –RJ, edições Graal Ltda.

HIRANO, Sedi. (1988) Capitalismo e Pré capitalismo: a formação do Brasil colonial. In: *Pré-capitalismo e e Capitalismo*. São Paulo: Editora Hucitec.

IANNI, Octavio.(1985) Revoluções camponesas na América Latina. In: *Revoluções camponesas na América Latina*. José Vicente Tavares dos Santos (org.). São Paulo: editora Ícone Ltda.

LEAL, Victor N. (1997) *Coronelismo, Enxada e Voto: o Município e o regime representativo no Brasil*. 3^a ed .Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

LEÃO, Luís de S. (1968) *A Fundação de Tupã*. Tupã.

LIMA, Airton S. (2005) *Vítimas do ódio: a luta pela terra em Tupã, a repressão e a militância comunista no interior paulista*. Trabalho de Conclusão de Curso (de graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, Marília.

MARIANI, Bethania. (1998) *O PCB e a Imprensa: os Comunistas no Imaginário dos Jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP. UNICAMP.

MARTINS, J. de S. (1994) *O poder do atraso, ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec.

MEDEIROS, L. S. (1989) *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase.

MONTES, A. V. et al. (2004) *Tupã: Depoimentos de uma Cidade*. Tupã – SP: Gráfica & Editora Multi-Gráfica, 526 p.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura.(1973) *Bairros rurais paulistas*. São Paulo: Duas Cidades.

POMAR, P. E. da R.(2002) *A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão do Partido Comunista 1946-1950*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado.

PRADO Jr., Caio. (1966) *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense.

QUERINO, Rosimár A. (2000) *Mil Histórias para Contar: Formação de Quadros e Militância Comunista na Região de Marília – SP (1947-1956)*. Tese (mestrado em sociologia). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Araraquara. Araraquara.

SANTOS, R. S. (2002) *Política e agrarismo sindical no PCB*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/ FAP.

SILVA, Lyndolpho. (2004) *O camponês e a história: a construção da Utab e a construção da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. CUNHA, Paulo R. (org.) São Paulo: IPSO.

SODRÉ, N. W. (1990) *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.

WELCH, Cliff; GERALDO, Sebastião.(1992) *Lutas Camponesas no Interior Paulista: Memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

